

NOVA LODJ

Amagis requer implantação de conquistas após sanção

Tiago Parrela



Diretoria da Amagis discute implantação da LODJ com o presidente do TJ

Quatro dias depois da sanção do governador Alberto Pinto Coelho, a diretoria da Amagis reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Pedro Marcondes Bitencourt, no dia 2 de julho, para requerer, por meio de cinco ofícios, a normatização e regulamentação de avanços conquistados com a nova LODJ.

Páginas 4 a 5

APERFEIÇOAMENTO DO JUDICIÁRIO

Ministra abre debate com juízes mineiros

Bruno Gontijo



Avanços no Judiciário foram tema do encontro

Com o objetivo de promover a interlocução do Supremo Tribunal Federal com os juízes de 1º grau, a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do STF, abriu o debate nacional com magistrados mineiros, no dia 30 de junho, na sede da Amagis, para ouvir suas propostas de aprimoramento do Judiciário, entre elas critérios de promoção, democratização do Judiciário, estrutura e segurança dos fóruns e o novo estatuto da magistratura.

Página 7

Nova diretoria do TJMG toma posse

Página 9



Pedro Bitencourt

Magistratura mineira faz história com união e firmeza

HERBERT CARNEIRO*

Por meio de um modelo participativo e anteriorizado de gestão, a magistratura mineira está fazendo história e construindo avanços para si e o Judiciário, com repercussão indiscutivelmente positiva para toda a sociedade. Nada disso acontece, porém, apenas pela boa vontade de alguns poucos, mas porque juízes e desembargadores, ativos e inativos, decidiram ser protagonistas de seu próprio destino e na sociedade à qual estão inseridos.

No final do mês passado, concluímos de maneira bem-sucedida mais uma etapa de conquistas com a revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), iniciada há cerca de um ano com intenso debate. Num processo permanente de ausculta, incentivada pela participação e iniciativa democrática, os mais de 1.500 magistrados puderam se manifestar e apresentar propostas que, em fase posterior, foram discutidas e avaliadas por Comissão específica do Tribunal de Justiça, que, por sua vez, ouviu simultaneamente a OAB, sindicatos e sociedade civil por meio de audiências públicas.

A partir daí, as propostas de mudanças, incorporadas em um anteprojeto, foram submetidas ao crivo do Órgão Especial do TJMG, integrado por 25 desembargadores, a quem compete regimentalmente a tratativa do tema. Somente após cumprir todo esse ritual regimental é que as propostas de mudanças e de modernização do Judiciário e de revisão da lei que regula seu funcionamento chegaram à Assembleia Legislativa para apreciação e votação dos 77 representantes do povo mineiro.

No Parlamento, o projeto passou pelo criterioso exame de três destacadas Comissões – Constituição e Justiça, Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária –, em seguida, foi ao Plenário para votação aberta. Em resumo, um processo totalmente transparente, democrático e representativo, por conseguinte, consagrado pela constitucionalidade e legitimidade.

Com a nova lei, a instituição Tribunal de Justiça de Minas Gerais disporá de importante ferramenta de aperfeiçoamento do funcionamento de suas 296 comarcas, e respectivos fóruns e varas, para fazer e distribuir Justiça, com mais qualidade e celeridade, a todos os mineiros de todas as regiões.

Mais uma vez, é fundamental reconhecer que os deputados estaduais foram parceiros nessa construção que tem como meta final uma sociedade mais justa, por meio de um Judiciário mais eficiente e de uma Justiça mais acessível, ágil e verdadeiramente cidadã. A harmonia e parceria entre os Poderes, guardadas suas particularidades e distinções funcionais, somadas ao constante debate democrático com a sociedade, são fundamentais à consolidação do estado de direito e convergem, em suas finalidades e destinação, ao interesse do cidadão e do Estado.

Podemos manifestar uma ou outra divergência pontual, mas, ao final, deve prevalecer sempre a convergência para o interesse maior da classe e da atuação coletiva, na qual a coesão e o compromisso constituem gestos imprescindíveis. Assim atuou e tem atuado a nossa Amagis, como protagonista da construção dessa mudança e de outras relacionadas à melhoria das condições de funcionamento das comarcas e de segurança para todos nos fóruns.

A nova LODJ é uma conquista histórica da magistratura e importante contribuição para o aprimoramento da Justiça e da sociedade, que merece, cada vez mais, o Judiciário estadual atualizado e que lhe atenda de forma ágil e condizente com o dinamismo e as mudanças constantes da realidade social.

A exemplo dessa, buscaremos mais avanços como aqueles debatidos em outro momento histórico, quando os juízes mineiros discutiram os rumos e o futuro do Judiciário com a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal.

De maneira inédita, e a partir de Minas, a ministra abriu o debate nacional e o diálogo do Supremo Tribunal Federal com os juízes de 1º grau em favor do aperfeiçoamento do Judiciário. Por nossa organização e maturidade, ficou provado que estamos preparados para a nova realidade, para o debate da elaboração do novo estatuto da magistratura, dos critérios objetivos de promoção, da estrutura e melhoria das condições de trabalho e da democratização dos tribunais.

Além de singular e histórico, o encontro da ministra com os juízes mineiros foi um gesto de democracia, além da visão do Judiciário que, entendemos, deve ser transformado para melhor atender à cidadania. ●

(*) Presidente da Amagis

“A nova LODJ é uma conquista histórica da magistratura e importante contribuição para o aprimoramento da Justiça”



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albitea, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:

Juíz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:

Juíz Maurício Torres Soares

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:

Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

Vice-presidente

Sócio-cultural-Esportivo:

Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:

Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:

Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:

Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.300 exemplares

ÍNDICE

Amagis inclui
corregedoria e
escola judicial
em proposta **3**

8 Associação
vai a Juiz
de Fora

» Amagis inclui corregedoria e escola judicial em proposta 03

» Amagis requer implantação de conquistas da nova LODJ 04

» União da magistratura fortalece atuação da Amagis 05

» Senado abre consulta sobre PEC 63 06

» Ministra Cármen Lúcia dialoga com a magistratura mineira 07

» Associação vai a Juiz de Fora 08

» Juiz de Buritis recebe apoio 08

» Nova diretoria do TJMG busca gestão participativa 09

» Nova diretoria toma posse no TRE-MG 10

» Ministro defende reaproximação com os juízes 11

» Juiz israelense elogia iniciativa da Justiça mineira 12

» Comissão avalia contos de estudantes 16

» Destaques dos programas de TV da Amagis em junho 17

» Investir na aposentadoria exige planejamento 19

» Entrevista: juiz Juez Moraes de Azevedo 20

» Parque Esportivo oferece prática de atividades físicas 24

União da magistratura
fortalece atuação
da Amagis **5**

24 Parque Esportivo
oferece prática de
atividades físicas

PROMOÇÕES

Amagis inclui corregedoria e escola judicial em proposta

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, enviou, no dia 13 de junho, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as propostas elaboradas pela Comissão da Associação, criada com objetivo de analisar as sugestões enviadas pelos juízes mineiros, estudar a minuta do Conselho e consolidar o documento com os critérios para a promoção de juízes aos tribunais de 2º grau e por merecimento.

No documento encaminhado ao presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, a Associação sugere a inclusão da avaliação das Corregedorias e Escolas Judiciais (ou órgão similar do Tribunal), observando o desempenho, produtividade e presteza no exercício funcional e no aperfeiçoamento técnico, conforme dispõe o art. 93, II, "c" da Constituição de 1988.

As propostas da Amagis visam adaptar a resolução à realidade da Justiça Estadual Brasileira. "O motivo das alterações objetiva servir de base para regulamentar não somente as promoções à segunda instância, como também a promoção dos juízes para as entrâncias mais elevadas e representarão um grande avanço no sistema de promoções por merecimento", justificou o presidente da Amagis.

De acordo com o texto, as Corregedorias, por meio de setor próprio, fornecerão duas notas a cada candidato, de zero a três, relativas à produtividade e presteza

no exercício funcional. As escolas judiciais, seguindo o mesmo critério, enviarão notas referentes ao aperfeiçoamento técnico. Os membros dos órgãos especiais entregarão notas que avaliam o desempenho. Em todos os casos, os envelopes serão entregues lacrados. A apuração das quatro notas será feita pelo secretário do Órgão Especial, sendo declarado o candidato mais votado. A nota total será de no máximo 12 pontos.

Na sugestão enviada ao CNJ, a avaliação auferida pelos candidatos não compõe classificação para processos posteriores de promoção, e cada candidato só terá a sua própria nota. E fica vedado ao magistrado, em qualquer época, por si ou por terceiros, tentar angariar voto de desembargador.

Ao receber a minuta da comissão, o desembargador Herbert Carneiro agradeceu a participação de todos que contribuíram com novas ideias. "Todas as sugestões foram devidamente analisadas e, em razão de vedações legais e constitucionais, não foi possível a inclusão de algumas dessas na minuta apresentada pelo Grupo de Trabalho do CNJ", disse.

A comissão da Amagis foi formada pelos seguintes magistrados: Luzia Peixoto, vice-presidente da Amagis (coordenadora); Eveline Mendonça Félix Gonçalves, Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, Agnaldo Rodrigues Pereira, Antônio Carlos Parreira, Marcelo Carlos Cândido e Gilson Soares Lemes. •

Georgia Bacvaroff



Comissão analisou propostas enviadas pelos magistrados

- I - A promoção por merecimento deverá ser embasada no desempenho, produtividade, presteza no exercício funcional e no aperfeiçoamento técnico, conforme dispõe o art. 93, II, "c" da Constituição Federal/88.
- II- Para a formação das notas atribuídas aos candidatos os dados estatísticos, funcionais e de capacitação serão fornecidos por órgãos dos Tribunais antes da sessão do órgão especial.
- III - A Corregedoria, através de setor próprio, fornecerá, em envelope lacrado, duas notas de cada candidato, cada uma de zero a três, relativas à produtividade e presteza no exercício funcional.
- IV- A Escola Judicial, ou órgão similar do Tribunal, fornecerá, também em envelope lacrado, as notas de cada candidato, de zero a três, relativas ao aperfeiçoamento técnico.
- V- Os membros do Órgão Especial entregarão na sessão de votação notas de cada magistrado, cada uma de zero a três, relativas ao desempenho.
- VI- O Secretário do órgão especial apurará então as quatro notas (cuja somatória será no máximo 12) e declarará quem foi o mais votado. Somente os setores que formularam as notas terão acesso a elas, sendo que, cada candidato poderá ver apenas suas notas.

Algumas das sugestões da Amagis à minuta do CNJ

AVANÇOS

Amagis requer implantação de conquistas da nova LODJ

Menos de uma semana depois da sanção da LODJ, pelo governador Alberto Pinto Coelho, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, acompanhado da diretoria, reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, para requerer, por meio de cinco ofícios, a normatização e regulamentação dos avanços conquistados com a nova lei.

Nos documentos, o presidente da Amagis pleiteia o pagamento do auxílio-aperfeiçoamento profissional e a regulamentação de conquistas como auxílio-saúde, auxílio-moradia e gratificação por turma recursal e direção do foro.

As constantes mudanças de comarcas impostas pela carreira também foram contempladas no texto. O magistrado receberá um subsídio a título de despesas de transporte quando for removido ou promovido para outra comarca, e o cônjuge ou companheira de magistrado servidor público poderá acompanhá-lo para a comarca com lotação provisória.

Para o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, os avanços conquistados e a celeridade na aprovação da lei só foram possíveis graças à boa interlocução com o Legislativo e o Executivo mineiro (veja matéria ao lado). •

Tiago Parrela



Com diretores, Herbert Carneiro entregou cinco ofícios ao presidente do TJMG

HARMONIA

Interlocução garante aprovação em tempo recorde

Em tramitação célere, de apenas quatro meses, o projeto da nova LODJ teve aprovação histórica. Após ser entregue ao presidente da ALMG, deputado Dinis Pinheiro, o PL 59/2014 foi apreciado e debatido em três comissões (Constituição e Justiça, Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária), antes de ser votado em 1º e 2º turnos no plenário do Legislativo.

Em artigo publicado no jornal Estado de Minas, no dia 21 de junho, e em nota pública no dia 11 do mesmo mês, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, ressaltou a postura

democrática e republicana dos deputados mineiros, atuantes na construção de uma sociedade mais justa por meio de uma Justiça mais acessível, célere e cidadã.

Herbert Carneiro destacou ainda importância da harmonia e parceria entre os Poderes, preservada sua autonomia, para o debate democrático dos interesses dos indivíduos, do Estado e do País.

A última revisão da LODJ ocorreu em 2008, com base na Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto daquele ano, sendo possível, agora, apresentar proposta de modificação. •

Compromisso com a Justiça

HERBERT CARNEIRO

Desembargador do TJMG e presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)

Cada um de nós tem ideias a respeito de como as instituições deveriam ser e funcionar, o que é bastante salutar e recomendável numa sociedade democrática, mas, antes de tudo, é necessário que o debate seja transparente e representativo para que tenha legitimidade. Nesse aspecto, é preciso ressaltar a responsabilidade social e reconhecer o compromisso público de cada um dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela célere tramitação e aprovação do projeto (PL 59/2014), que trata da revisão da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ) do Estado, com reconhecidos avanços para o sistema de Justiça e a magistratura mineira.

Com a nova lei, a instituição Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) disporá de importante ferramenta de aperfeiçoamento do funcionamento de suas 296 comarcas e respectivos fóruns e varas, para fazer e distribuir Justiça, com mais qualidade e celeridade, a todos os mineiros, de todas as regiões.

Cientes de sua missão constitucional, e pautados por princípios democráticos e republicanos, os deputados têm sido parceiros na construção permanente de uma sociedade mais justa, por meio de um Judiciário mais eficiente e de uma Justiça mais acessível, ágil e verdadeiramente justa e cidadã. A harmonia e a parceria entre os poderes, guardadas suas particularidades e distinções funcionais, somadas ao constante debate democrático com a sociedade, são fundamentais à consolidação do Estado de direito e convergem, em suas finalidades e destinação, ao interesse do cidadão e do Estado.

Salvo qualidades excepcionais de um ou outro craque, somos como aquele time no qual todos os integrantes atuam coletivamente, condição na qual a coesão e o compromisso constituem tati-

cas imprescindíveis. Assim atuou e tem atuado a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) como protagonista da construção dessa mudança e de outras relacionadas à melhoria das condições de funcionamento das comarcas e de segurança nos fóruns para todos.

Num processo permanente de escuta, incentivado por uma gestão participativa, os mais de 1,5 mil magistrados puderam se manifestar e apresentar propostas que, em etapa posterior, foram discutidas e apreciadas por comissão específica do Tribunal de Justiça, depois de ouvir a OAB, sindicatos e sociedade civil por meio de audiências públicas. Depois desse intenso debate, as propostas de mudanças, incorporadas a um anteprojeto, foram submetidas ao crivo do órgão especial do TJMG, integrado por 25 desembargadores, a quem compete a tratativa do tema.

Somente depois de cumprido esse ritual institucional é que as propostas de mudanças e de modernização do Judiciário e de revisão da lei que regula seu funcionamento foram encaminhadas à Assembleia Legislativa, para apreciação e votação dos 77 representantes do povo mineiro. No Parlamento, o projeto passou pelo criterioso exame de três destacadas comissões – Constituição e Justiça, Administração Pública e de Fiscalização Financeira e Orçamentária –, em seguida, foi a plenário para votação aberta. Um processo totalmente transparente, democrático e representativo, por conseguinte, consagrado pela constitucionalidade e legitimidade.

A nova norma aprovada pelos deputados promove a revisão da chamada LODJ após seis anos, quando, por lei, deveria ser renovada a cada dois anos. No entanto, soubemos esperar, embora a sociedade mereça, cada vez mais, seja de dois em dois anos ou em período até menor, o Judiciário estadual atualizado e que lhe atenda de forma ágil e condizente com o dinamismo e as mudanças constantes da sua realidade.

Artigo de Herbert Carneiro no Estado de Minas

GESTÃO PARTICIPATIVA

União da magistratura fortalece atuação da Amagis

Os quatro meses de tramitação da nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), de fevereiro a junho deste ano, foram de muita movimentação e de intensa participação da magistratura, por meio da Amagis, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Nesse período, com a união e atuação da magistratura mineira, a diretoria da Amagis intensificou a interlocução com os deputados para garantir a célere aprovação da nova LODJ (PL 59/2014), sancionado pelo governador Alberto Pinto Coelho no dia 28 de junho.

A participação da classe começou antes mesmo do anteprojeto ser entregue ao presidente da ALMG, Diniz Pinheiro, no dia 3 de fevereiro, pelo então presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, e pelo presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, acompanhados de uma comitiva formada por deputados e magistrados.

Comprometida com a gestão participativa, a diretoria da Amagis convocou a magistratura, em março de 2013, para construir coletivamente a proposta da nova LODJ enviando sugestões para os e-mails lodj@amagi.com.br e comissaodesejuranca@amagis.com.br, que foram defendidas na Comissão da LODJ e no Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Deste então, a magistratura passou a participar ativamente dos esforços para aprovar a nova LODJ, seja em contatos com parlamentares, nas comissões da Assembleia ou nas votações decisivas, em 1º e 2º turnos no plenário.

Segundo o desembargador Geraldo Domingos Coelho, a participação dos magistrados de 1º grau foi essencial para o aprimoramento e melhoramento do atendimento ao jurisdicionado em geral.

Para a juíza Renata Bonfim Pacheco, a maioria dos magistrados percebeu e valorizou a importância da união da classe na defesa do interesse de todos. Segundo o juiz Agnaldo Pereira, o corpo a corpo na Assembleia foi primordial para a matéria ser colocada em pauta e aprovada. “Que essa união permaneça e se fortaleça, já que existem outras batalhas pela frente”, afirmou.

O juiz Armando Domingues Ventura Júnior destacou que a Amagis atuou com muito empenho junto aos parlamentares em benefício da classe. “A participação dos magistrados também foi muito importante para a aprovação na Assembleia Legislativa”, comentou. Com a mesma avaliação do colega, o juiz Marcelo Cândido considerou essencial a participação dos colegas, por meio da Amagis, durante todo o trâmite do projeto, para alcançar o resultado obtido.

Na avaliação do juiz Paulo Gastão de Abreu, o trabalho da Amagis, com participação maciça da magistratura, foi importante para esclarecer e demonstrar o interesse na melhoria da legislação e legitimar, ainda mais, todo processo democrático de evolução da matéria. O juiz Alberto Diniz destacou que a nova LODJ garantiu avanços fundamentais não só para o Poder Judiciário, mas para a magistratura mineira como um todo. ●

Adriano Boaventura



Tiago Parrela



Adriano Boaventura



Magistrados no plenário da Assembleia durante a votação do projeto

VALORIZAÇÃO DA CARREIRA

Senado abre consulta popular sobre PEC 63

Reprodução da internet



Consulta do Senado Federal indica apoio à aprovação da PEC 63

Depois da aprovação da PEC 63/2013, que institui parcela de valorização por tempo de serviço na Magistratura e no Ministério Público, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, no dia 21 de maio, a proposta segue para o plenário da casa.

Antes disso, o Senado Federal abriu consulta, no link <http://bit.ly/1zcSL9t>, para que se opine a favor ou contra a PEC e, até o momento, cerca de 7.000 pessoas votaram a favor. A Amagis convoca todos os magistrados mineiros a participarem dessa consulta, pois é de fundamental importância a participação da classe para sensibilizar e convencer os senadores sobre o resgate do ATS (Adicional por Tempo de Serviço).

No dia 21 de maio, o presidente da Amagis,

desembargador Herbert Carneiro, esteve em Brasília, acompanhando a reunião da CCJ, quando foi aprovada a proposta, fazendo gestões junto aos senadores para garantir a aprovação da PEC.

A participação de outras Associações estaduais de magistrados, da AMB e do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça viabilizou a histórica aprovação.

A proposta resgata o ATS em reconhecimento à experiência, ao conhecimento e à expertise. Como já ocorre no serviço público em geral, com melhor estruturação da carreira, por meio do tempo de serviço, a PEC 63/2013 é o instrumento, hoje, mais eficiente de resgate da dignidade e de estímulo aos juizes e promotores brasileiros.

“O adicional resgata o valor e a dedicação e premia quem faz de sua vida uma causa: a missão de julgar e distribuir justiça”, sustentou o presidente da Amagis.

De acordo com a tramitação da PEC, que já teve três sessões de discussão em primeiro turno, a proposta precisa ser debatida em mais duas sessões antes de entrar em votação. Se aprovada, passará por mais três sessões de discussão antes de votação, em segundo turno. Para ser aprovada, a proposta deve receber, no mínimo, 49 votos favoráveis (dois terços da composição do Senado), em cada turno. Com a AMB e Associações estaduais de magistrados, a Amagis está acompanhando passo a passo a tramitação e ampliando a interlocução com os senadores. ●

DEFESA DA MAGISTRATURA

MOÇÃO

TJMG manifesta apoio à proposta

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) aprovou, durante sessão do dia 11 de junho, uma moção de apoio à Proposta de Emenda Constitucional nº 63, em nome do Tribunal para ser enviada ao Congresso Nacional. A aprovação da moção partiu de solicitação da Amagis, que enviou, no dia 29 de maio, ofício ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, para apreciação dos desembargadores do Órgão Especial.

A iniciativa integra ação nacional da AMB com todas as Associações estaduais de Magistrados, buscando envolver todos os 27 tribunais do País e o do Distrito Federal na luta pelo resgate do ATS.

Segundo trecho da moção aprovada, “a implantação da parcela mensal de valorização

por tempo de serviço atende às características especiais da carreira da Magistratura, sujeitas a restrições não existentes nas demais carreiras do estado, valorizando e reconhecendo a experiência dos agentes políticos que atuam na prestação da justiça, essencial à manutenção e ao aprimoramento do regime democrático”.

O apoio dos Tribunais de Justiça fortalece essa bandeira da magistratura nacional, que, de maneira histórica, conquistou também, por meio da AMB, o apoio do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça (CPP-TJ). “Estamos todos convencidos de que, apesar de distintos, há muito mais convergências entre o Judiciário e a magistratura”, observou o presidente da Amagis, Herbert Carneiro. ●



Ofício do presidente da Amagis enviado ao TJ

INTERLOCUÇÃO

Ministra debate com juízes avanços no Judiciário

Bruno Gontijo

A ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), esteve em Belo Horizonte, no dia 30 de junho, para uma reunião com a magistratura mineira na sede da Associação. O objetivo foi ouvir os magistrados mineiros e promover o diálogo do Supremo Tribunal Federal com os juízes de 1º grau em favor do aperfeiçoamento do Judiciário.

Na reunião, transmitida ao vivo pelo site da Amagis, foram debatidos diversos temas, como os critérios de promoção, democratização do Judiciário, segurança e estrutura dos fóruns mineiros, bem como formação de juízes e o Estatuto da Magistratura.

A ministra Cármen Lúcia defendeu a aproximação de todos os juízes brasileiros com a sociedade como forma de se debater os problemas e demandas atuais do Poder Judiciário. “Todos mudam, inclusive o jurisdicionado. Nós, juízes, temos que mudar também, sobretudo para saber qual Judiciário temos e qual Judiciário precisamos”, afirmou a ministra. Para encontrar a resposta, Cármen Lúcia sugeriu o diálogo contínuo e permanente entre todas as instâncias e juízes brasileiros.

O desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis, considerou o encontro histórico. “Isso demonstra o gesto de democracia e cidadania, além de visão do Judiciário que tem a ministra Cármen Lúcia por estar aqui, em



Marcelo Piragibe, Cármen Lúcia, Herbert Carneiro e Bruno Terra



Magistrados de todo o Estado participaram do encontro

Minas Gerais, dialogando com os magistrados”, afirmou.

O juiz Bruno Terra, ex-presidente da Amagis, também falou sobre a importância da data de hoje para a vida associativa de Minas Gerais e também para a magistratura brasileira.

DIÁLOGO

A ministra Cármen Lúcia não apenas externou seu posicionamento

sobre os temas debatidos como ouviu atentamente os magistrados, e anotou as sugestões dos juízes mineiros, que tiveram oportunidade de expressar suas preocupações e falar sobre a realidade vivida nas comarcas.

O juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, apontou como um problema a desigualdade existente, de forma clara, en-

tre a 2ª e 1ª instâncias, tanto no que diz respeito à estrutura física dos fóruns mineiros quanto de pessoal.

MEMORIAL

Antes da reunião, a ministra Cármen Lúcia conheceu o Memorial da Amagis, espaço localizado na sede da Associação e criado para registrar toda a história da entidade, que completa 60 anos em 2015. •

“

O Supremo concluiu que precisava ouvir a magistratura, porque a Lei Orgânica não diz respeito aos juízes do Supremo e dos Tribunais Superiores

Podem ter certeza de que os 11 juízes do Supremo Tribunal sabem bem ouvir, hoje, todos os juízes brasileiros

O momento não é de reformar o Poder Judiciário, é de transformá-lo em um Poder Judiciário do século XXI

É preciso fixar por lei o regime remuneratório dos juizes. Essa é uma carência gravíssima

”

Ministra Cármen Lúcia

DIÁLOGO

Ministro defende reaproximação com os juízes

Nelson Jr / SCO / STF



Ministro Ricardo Lewandowski

STM

Primeira mulher comanda o Superior Tribunal Militar

Divulgação / STM



Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Pela primeira vez, em 206 anos de história, o Superior Tribunal Militar (STM) passa a ser presidido por uma mulher. A ministra mineira Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha tomou posse no dia 16 de junho, em Brasília.

Ela foi eleita, no ano passado, como vice-presidente da Corte para o biênio 2013-2015, e completará, até março de 2015, o mandato do ministro Raymundo Cerqueira, que deixou a presidência por motivo de aposentadoria. O mi-

nistro Fernando Sérgio Galvão assumiu a vice-presidência.

Natural de Belo Horizonte, Maria Elizabeth é bacharel em Direito pela PUC Minas, mestre em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Católica Portuguesa e doutora em Direito Constitucional pela UFMG. A ministra também é professora da Universidade de Brasília e do Centro Universitário de Brasília. Atualmente, cursa o pós-doutorado em Direito Constitucional na Universidade Clássica de Lisboa. Foi procuradora federal, tendo sido aprovada em primeiro lugar no concurso de provas e títulos. •

Buscar a valorização da magistratura de 1º grau e diminuir a resistência dos tribunais ao CNJ estão entre as prioridades do futuro presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, que defende mudanças legislativas que acelerem a tramitação das ações judiciais. Sua posse será antecipada com a aposentadoria do atual presidente, ministro Joaquim Barbosa.

Lewandowski defende também a aprovação da PEC 63/2013, proposta que resgata o ATS, atualmente, o instrumento mais eficiente de retorno da dignidade e de estímulo aos juízes e promotores de justiça brasileiros. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, agora, aguarda votação em plenário.

CENSO

No dia 16 de junho, o CNJ divulgou resultados preliminares do Censo do Judiciário. Realizada no fim do ano passado, a pesquisa mostra que a magistratura brasileira é composta majoritariamente por homens (64%). De acordo com os dados, eles chegam a representar 82% dos ministros dos tribunais superiores. O estudo foi realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ e mostra também que a maioria da magistratura é casada, ou está em união estável, e tem filhos. A idade média dos juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Acesse o Censo do Judiciário completo no site do CNJ: www.cnj.jus.br •

*Com Estadão e Conjur

INTERLOCUÇÃO

Mineiros participam de posse no Paraná

Arquivo Pessoal



Marcos Daros (de toga) na posse

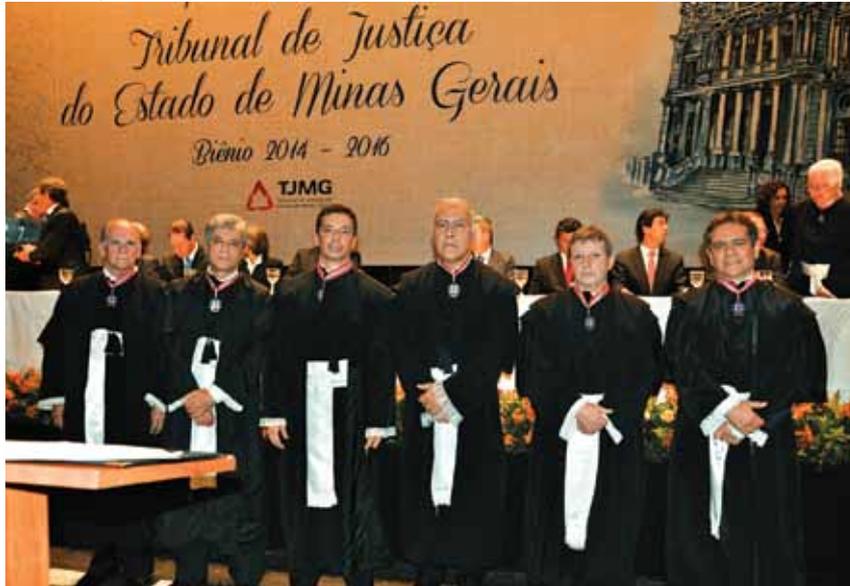
O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, acompanhado pelos desembargadores Geraldo Domingos Coelho, membro do Conselho Gestor de Saúde; Reynaldo Ximenes, membro do Conselho Deliberativo; Nelson Missias de Moraes, vice-presidente Legislativo da AMB; e do juiz Marcelo Piragibe, diretor-presidente

da Escola Nacional da Magistratura (ENM), participou da solenidade de posse do juiz Marcos Sérgio Galliano Daros no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. A cerimônia aconteceu no dia 9 de junho. O desembargador Marcos Daros é secretário geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). •

BIÊNIO 2014-2016

Nova diretoria do TJMG busca gestão participativa

Marcelo Albert/TJMG



Posse foi realizada no Grande Teatro do Palácio das Artes

Com ênfase na gestão participativa, a nova diretoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) tomou posse no dia 30 de junho. A gestão será presidida pelo desembargador Pedro Bitencourt Marcondes, que terá ao seu lado os desembargadores Fernando Caldeira Brant, primeiro vice-presidente; Kildare Gonçalves, segundo vice-presidente; Wander Marotta, terceiro vice-presidente; Antônio

Sérvulo, corregedor geral de Justiça e Marcílio Eustáquio Santos, vice-corregedor de Justiça.

O novo presidente anunciou que as prioridades são o processo eletrônico e a reestruturação da 1ª instância. A meta do desembargador Pedro Bitencourt é que, até o fim de 2014, todas as varas da Capital mineira já operem com o Processo Judicial Eletrônico, e que, até 2015, todas as comarcas de en-

trância especial também adotem o sistema. O redesenho da 1ª instância irá observar a alocação dos recursos humanos.

A criação do orçamento participativo, instrumento que possibilitará ao TJMG ouvir os juizes sobre a situação real das comarcas, e a unificação das carreiras dos servidores são mais duas propostas e desafios assumidos pelo presidente. Veja ao lado alguns dos pontos do

programa de gestão do desembargador Pedro Bitencourt.

Já o desembargador Joaquim Herculano, que deixou o cargo, destacou as conquistas como o Fundo Especial do Poder Judiciário, a nova sede do TJMG no bairro Mangabeiras (Zona Sul da capital), a instalação de 16 novas varas, a revisão da LODJ e a efetivação da nova Central de Monitoramento de Prédios do Judiciário.

Joaquim Herculano fez questão de agradecer aos juizes auxiliares e aos desembargadores Almeida Melo, 1º vice-presidente; Baía Borges, 2º vice-presidente; Manuel Bravo Saramago, 3º vice-presidente; Auderbert Delage, corregedor-geral de Justiça e Vanessa Verdolim, vice-corregedora geral de Justiça. O governador Alberto Pinto Coelho, o presidente da Assembleia Legislativa, Dinis Pinheiro, e o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, entre outras autoridades, participaram da cerimônia. ●

CONHEÇA ALGUMAS PROPOSTAS DO PLANO DE GESTÃO DO NOVO PRESIDENTE DO TJMG

- Revisão do planejamento estratégico
- Alteração da composição e escolha da Comissão de Planejamento e Finanças
- Orçamento Participativo
- Processo eletrônico nas comarcas e selo eletrônico nos cartórios do extrajudicial
- Créditos dos magistrados: aumento dos valores dos pagamentos mensais
- Pagamento de férias compensatórias
- Adiantamento das parcelas de URV e equivalência salarial a magistrado que requerem aposentadoria
- Tratamento igualitário com os demais poderes para autonomia na transferência de recursos, sem necessidade de projeto de lei para suplementação

APRESENTAÇÃO

Orquestra Jovem emociona convidados

Convidada para realizar uma turnê pela Europa, a Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil do TJMG emocionaram os convidados com a execução do Hino nacional e do Hino do Judiciário na abertura da cerimônia de posse da nova diretoria do Tribunal.

A Orquestra e o Coral são uma iniciativa

da Coordenadoria da Infância e da Juventude, cujo superintendente é o desembargador Wagner Wilson. Na ocasião, o novo presidente do TJ, Pedro Bitencourt, saudou os magistrados na pessoa de Wagner Wilson, considerado por ele um "homem de sonhos e de bondade arrebatadora". ●

Tiago Parrela



Apresentação da Orquestra Jovem na posse

JUSTIÇA ELEITORAL

Nova diretoria toma posse no TRE-MG e preside eleição

Cláudia Ramos/TRE-MG

A nova diretoria do TRE-MG tomou posse, no dia 27 de junho, nos cargos de presidente e vice-presidente e corregedor do Tribunal, os desembargadores Geraldo Augusto e Paulo César Dias, respectivamente. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, participou da cerimônia.

Em seu discurso de despedida, o ex-presidente Wander Marotta pontuou que a Corte Eleitoral mineira está muito bem preparada para a realização das eleições no país, neste ano, e alertou para o grande número de judicializações no processo eleitoral.

O juiz integrante da Corte Eleitoral do TRE-MG, Maurício Pinto Ferreira, saudou a nova direção em nome do Tribunal, desejando-lhes sucesso, e aproveitou para destacar as evoluções e avanços da Justiça Eleitoral na gestão do desembargador Wander Marotta.

O novo presidente do TRE-MG, desembargador Geraldo Augusto, se disse honrado em assumir o cargo neste momento de eleições, que, segundo ele, é de fortalecimento da democracia. O magistrado ainda observou que o voto é um exercício da cidadania e que deve ser praticado pelo eleitor, para, depois, poder cobrar o que lhe é de direito.

O desembargador Geraldo Augusto assume a presidência da casa em virtude do término do biênio do desembargador Wander Marotta, como membro da Corte Eleitoral mineira. O desembargador Paulo César Dias é juiz substituto da Corte desde agosto de 2012. ●



Geraldo Augusto e Paulo César Dias, presidente e vice-presidente do TRE-MG

60 ANOS

Comissão de Memória prepara celebração

Bruno Gontijo



Celebração dos 60 anos será em 2015

No dia 4 de junho, a Comissão de Memória da Amagis reuniu-se, na sede da Associação, para a organização dos eventos da celebração dos 60 anos da Amagis, que serão completados no ano de 2015. A reunião teve a participação dos membros da Comissão, desembar-

gador José Nicolau Masselli (presidente) e juízes Getúlio Sérgio do Amaral e José Joaquim Benfica.

O objetivo da Comissão de Memória da Amagis é reavivar e enaltecer a história da Associação, bem como dos magistrados que contribuíram para o engrandecimento da instituição. ●

CONVÊNIO

Amagis discute realização de curso de segurança

Tiago Parrela



Reunião aconteceu na sede da Amagis

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o vice-presidente da Comissão de Segurança da Associação, juiz Eduardo Gomes dos Reis, reuniram-se, no dia 3 de junho, com o inspetor Alexandre Pinheiro de Oliveira, presidente do Clube de Tiro dos Policiais Rodoviários Federais, com o objetivo de estreitar o convênio da

Amagis com o Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais e promover a realização de curso de segurança para magistrados, a ser divulgado posteriormente.

A reunião teve a participação também do secretário da Comissão de Segurança da Amagis, José Eduardo Vecchi, e o assessor da Comissão, Juliano Araújo. ●

VALORIZAÇÃO

Associação vai a Juiz de Fora

Georgia Baçvaroff

Os juízes da Comarca de Juiz de Fora, na Zona da Mata mineira, receberam, no dia 18 de junho, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, e o ex-presidente, juiz Bruno Terra, durante reunião, no Fórum Benjamim Colucci. No encontro, que faz parte da gestão itinerante da Amagis, foram discutidos vários temas de interesse da classe, entre eles a nova Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LODJ), que traz reconhecidos avanços para o sistema de Justiça e a magistratura mineira, e as propostas feitas pela Amagis ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre promoções.

Ao fim da reunião, o desembargador Herbert Carneiro se comprometeu a marcar uma reunião entre os juízes de Juiz de Fora e o então presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano. O encontro aconteceu no dia 25 de junho. Um grupo de magistrados da comarca da Zona da Mata esteve no gabinete do presidente do Tribunal, acompanhado do presidente da Amagis. Também participaram do encontro, em Belo Horizonte, o corregedor-geral de Justiça, desembargador Audebert Delage, o então presidente eleito desembargador Pedro Bitencourt Marcondes; e o corregedor-geral de Justiça eleito, desembargador Antônio Sérvulo. Nessa reunião, também foram debatidos temas de interesse da magistratura e da Comarca de Juiz de Fora. ●



Reunião foi realizada na Seccional da Amagis no Fórum de Juiz de Fora

DEFESA DA CLASSE

Juiz de Buritis recebe apoio

Arquivo Amagis



Advogados Eduardo e Sânzio

Como uma das prerrogativas da Amagis na defesa permanente da independência e do direito de julgar do magistrado, a Associação, por meio de seu Departamento Jurídico, protocolou no dia 22 de maio, em Buritis, região Noroeste de Minas, ações criminais e por danos morais a favor do juiz Dalmo Luiz Silva Bueno, dessa comarca, que teve sua reputação

atacada em razão de decisão proferida por ele, em janeiro deste ano.

No dia 13 de janeiro, logo quando surgiram as acusações, a Amagis divulgou nota que repercutiu na imprensa local e estadual, condenando, com veemência, o ataque contra o juiz, que, ao fim, é também um atentado ao estado de direito promovido por rede criminosa. ●

INTEGRAÇÃO

Presidente com juízes em Mariana

Adriano Boaventura



Herbert Carneiro falou sobre prerrogativas

O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, reuniu-se, no dia 5 de junho, na cidade histórica de Mariana, com 246 juízes de todo o Estado, que participaram do II Encontro de Estudos Eleitorais, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, intensificando a gestão itinerante da Associação e

promovendo a integração da magistratura.

Na ocasião, Herbert Carneiro falou aos magistrados sobre a aprovação da nova LODJ na Assembleia Legislativa, a atuação em Brasília para a votação da PEC 63 e o diálogo com o presidente eleito do TJMG, Pedro Bitencourt, para o fortalecimento da defesa dos interesses da classe. ●

TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Juiz israelense elogia iniciativa da Justiça mineira

Guilherme Dardanhan /ALMG



Desembargador Eli Lucas, deputado João Leite e juiz Mário Klein

Trazer sua experiência como juiz em Israel, e conhecer experiências positivas do Judiciário mineiro. Esses foram os objetivos da visita que o juiz Mário Klein realizou em Belo Horizonte. Klein é brasileiro, nascido no Rio de Janeiro, e mudou-se para Israel aos 10 anos de idade. Cursou lá a faculdade de Direito e advogou por 15 anos antes de ser nomeado juiz da Corte Geral de Tel Aviv, função que exerce há 12 anos.

Mário Klein teve tempo de conhecer um pouco do Judiciário mineiro. Ele visitou o Juizado Especial Cível – Unidade Francisco Sales – e assistiu a uma audiência de conciliação. “Gostei muito. Vou levar essa experiência para Israel”, elogiou Klein.

Além disso, ele proferiu palestra durante reunião da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa

de Minas Gerais no dia 18 de junho, a convite do deputado João Leite. A Amagis foi representada, no evento, pelo desembargador Eli Lucas de Mendonça.

Ele explicou o funcionamento do sistema jurídico israelense desde sua criação, em 1948, até os dias de hoje e afirmou que há uma convivência das leis judaicas – religiosas – com o Direito moderno, muito influenciado pela tradição jurídica britânica.

O magistrado disse que, em todo o país, estão em atuação 680 juízes divididos em varas especializadas e que não há separação da Justiça em níveis federal e estadual como ocorre no Brasil. Um processo em Israel, segundo ele, não costuma durar mais de três anos em tramitação. “Na minha corte, o tempo médio de tramitação é de um ano”, afirmou. ●

Julho, férias!

Um bom tempo para mudanças!

Conte com a equipe Gegê, treinada e preparada para transportar com segurança seus móveis e objetos.

Se precisar guardar temporariamente, use o seu guarda-móveis. O maior e mais seguro do estado de Minas.



(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

ELEIÇÕES 2014

Encontro do TRE em Mariana

Cláudia Ramos / TRE



Seminário aconteceu em Mariana

O TRE-MG realizou, na cidade histórica de Mariana, entre os dias 5 e 7 de junho, o II Encontro de Estudo Eleitorais, com o objetivo de aprimorar o conhecimento e proporcionar a troca de experiências entre os 246 juízes eleitorais que atuarão nas Eleições de 2014.

Um dos temas abordados no evento, que contou com o apoio da

Amagis, foi a minirreforma eleitoral, em palestra realizada pelo ministro Henrique Neves, do TSE. A abertura dos debates foi coordenada pelo presidente do TRE-MG, desembargador Wander Marotta, pelo corregedor do TRE-MG, Geraldo Augusto de Almeida, e pelo juiz Manoel dos Reis Moraes, diretor executivo da Escola Judicial Ministro Sálvio de Figueiredo. ●

INTERLOCUÇÃO

Seminário aborda papel da Ouvidoria

Adriano Boaventura



Evento destacou papel do Órgão

A Ouvidoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais realizou, no dia 9 de junho, com o apoio da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, seminário sobre "O papel da Ouvidoria do TJMG na efetivação do Direito Constitucional de acesso à informação na melhoria da gestão".

Na abertura dos trabalhos, o ouvidor do

TJMG, desembargador Doorgal Andrada, ex-presidente da Amagis, diferenciou o trabalho da ouvidoria da Corregedoria Geral de Justiça e de uma assessoria de comunicação, destacando que atuação da ouvidoria promove uma interação com a sociedade que possibilita orientar as instituições no aprimoramento dos serviços prestados. ●

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

TJMG discute Justiça Restaurativa

Georgia Bacvaroff



Palestras destacaram prática

Em apenas um mês, o TJMG realizou dois encontros sobre as práticas de Justiça Restaurativa no sistema socioeducativo de 2014, com o objetivo de intensificar o engajamento da sociedade no modelo que valoriza o diálogo e autonomia entre as partes envolvidas no conflito.

No dia 30 de maio, o debate contou com a presença do coordenador de projetos do

Programa de Cidadania da UFMG, Antônio Eduardo Silva Nicácio. No dia 27 de junho, a palestra foi ministrada por Maristela Carrara, mestre em Ciências Políticas pela Universidade Canadense Wilfrid Laurier. Para o juiz Carlos Frederico Braga, coordenador da Justiça Restaurativa, a parceria entre os poderes públicos e a sociedade é importante para o programa. ●

LANÇAMENTO

Código Militar é tema de livro

Divulgação



Publicação tem dois volumes

O juiz Paulo Tadeu Rodrigues Rosa, do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), lançou o livro "Código Penal Militar Comentado Artigo por Artigo - Parte Geral e Parte Especial". O evento de lançamento aconteceu no espaço cultural da Assembleia Legislativa do Estado, no dia 20 de maio, e contou com as presenças do presidente do TJMMG,

Divulgação



Juiz Cel. PM Sócrates Edgard dos Anjos, e de diversas outras autoridades, entre juízes, promotores, advogados, parlamentares e militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar. Segundo o autor, a obra possui uma linguagem objetiva e permitirá que o Direito Penal Militar possa ser mais conhecido. O livro foi publicado pela Editora Líder. ●

MAGISTRADOS PODEM ENVIAR SUGESTÕES

A Comissão de Aperfeiçoamento da Lei de Execução Penal, formada pela Amagis para a elaboração de estudos sugestões ao Projeto de Lei nº 513/2013, está recebendo sugestões de magistrados mineiros. Os interessados devem enviar e-mail para o endereço lep@amagis.com.br com sugestões que serão encaminhadas aos integrantes da Comissão da LEP. Ao fim dos trabalhos, será elaborado um relatório final. É fundamental a participação dos magistrados mineiros. ●

COMISSÃO ESTUDA REGULAMENTO

Promover o aperfeiçoamento e aprimoramento das unidades sociais da Amagis. Este é o objetivo da Comissão formada para estudos do regulamento do Centro de Apoio ao Magistrado em Trânsito (CAMT), das Colônias de Férias, Parque Esportivo e Salão de Festas da Amagis. Criada no dia 29 de maio, a Comissão é coordenada pelo desembargador Armando Freire. Os magistrados podem participar ajudando a aprimorar o regulamento. Para isso, os interessados devem encaminhar propostas e sugestões para a Comissão por e-mail no endereço: imprensa@amagis.com.br ●

PREPARAÇÃO

Ejef desenvolve programa para a aposentadoria

Marcelo Albert/TJMG



Desembargador Baía Borges apresentou o programa

Com o objetivo de ajudar magistrados e servidores a planejar a aposentadoria, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) desenvolveu o Programa Preparação para a Aposentadoria. O programa realiza encontros presenciais, com palestras e momentos para reflexão, nos quais os participantes avaliam e fazem planos para essa nova etapa da vida. O primeiro grupo a participar do Programa teve 11 integrantes e se reuniu no período de novembro de 2013 a maio de 2014. Foram realizados seis encontros, com duração de três horas cada um. Significados da aposentadoria para cada um, administração do tempo, qualidade de vida e questões legais são alguns dos temas tratados para contribuir com os magistrados e servidores que se aposentam depois

de uma vida inteira dedicada ao trabalho. A meta da Ejef é ampliar o trabalho para que a formação dos grupos e a participação no programa ocorram de forma sistemática a partir deste ano.

O Programa de Preparação para a Aposentadoria foi desenvolvido pela Gerência de Desenvolvimento e Acompanhamento das Carreiras (Gedac), por meio da Coordenação de Orientação à Lotação e Movimentação (Comov), com apoio do então 2º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e superintendente da Ejef, desembargador José Antonino Baía Borges.

Quem quiser mais informações sobre o programa, pode mandar e-mail para comov@tjmg.jus.br •

* Com informações do TJMG

CORO E ORQUESTRA INFANTOJUVENIL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS

Uma iniciativa da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj), a Orquestra Jovem e o Coral Infantojuvenil do Tribunal de Justiça de Minas Gerais atendem em média 130 crianças e adolescentes que praticam violino, viola, violoncelo, contrabaixo acústico, além de aulas de canto, expressão corporal, teoria musical e prática orquestral.

O projeto social conta com o apoio da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), da Escola Integrada da PBH, do Instituto Ajudar, do Cevam, da Assprom, do Conservatório de Música da UFMG, da Paróquia Nossa Senhora Rainha, do Muquifu e da rede de instituições de acolhimento da capital, dentre outros.

Os alunos residem, em sua maioria, no Aglomerado Santa Lúcia, no Morro do Papagaio ou em instituições de acolhimento da capital mineira; outros são trabalhadores da Assprom.

Esse projeto promove, por meio da prática musical, a formação técnica de seus alunos, favorece o desenvolvimento cognitivo, impulsiona o estabelecimento de relações interpessoais positivas, amplia a autoestima e a retomada de relações familiares protetivas.

TURNÊ INTERNACIONAL 2014: "JUSTIÇA E PAZ SE ABRAÇARÃO"

Esses jovens talentos receberam convite inédito: tocar em vários países da Europa, levando a sua música onde nunca imaginaram. Caso se viabilize, a turnê percorrerá a Áustria, Itália, Liechtenstein e Vaticano, de 13 a 28 de outubro de 2014. Mas para realizar este sonho ainda falta uma coisa muito importante: a sua participação para ajudar a levar o Coral e a Orquestra até a Europa.

FAÇA UMA DOAÇÃO E AJUDE A DAR ESSA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA A VIDA DESSES JOVENS.

Conta Banco do Brasil
Agência 1415-2
Conta Corrente 20399-8
Titularidade: AMAGIS

ÓRGÃO ESPECIAL

Joaquim Herculano recebe homenagem

Georgia Baçvaroff



Órgão Especial destacou trajetória de Joaquim Herculano

O desembargador Joaquim Herculano foi homenageado durante sua última sessão do Órgão Especial como presidente do TJMG, no dia 25 de junho. O desembargador Almeida Melo foi incumbido de discursar em nome do Tribunal e destacou a trajetória pessoal de Joaquim Herculano, assim como suas realizações à frente do Poder Judiciário mineiro, entre elas a criação do Fundo do Judiciário e a aquisição do imóvel que abrigará o TJMG no alto da Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte. O filho do desembargador Herculano, Sérgio Rodrigues, também registrou sua homenagem ao pai, em nome de toda a família.

O desembargador agradeceu a homenagem e destacou

que todos os avanços conquistados em sua gestão foram fruto do esforço dos dirigentes do Tribunal, magistrados e servidores. “Olho para o passado com profunda gratidão e tenho um carinho muito especial pelos colegas desembargadores e desembargadoras, com os quais aprendi muito, compartilhei decisões, dúvidas, alegrias e tristezas. Estes dois últimos anos foram os mais desafiadores. O exercício do cargo de presidente sempre tem mais a ensinar. Encerro essa gestão com a consciência do dever cumprido”, disse o magistrado, destacando que “algumas sementes foram plantadas mas é preciso cuidar dessa grande instituição que é o Judiciário”, concluiu. ●

AMPLIAÇÃO

TJMG instala vara em Igarapé na grande BH

Renata Caldeira / TJMG



Vara atenderá São Joaquim de Bicas

A Comarca de Igarapé, na grande Belo Horizonte, recebeu, no dia 10 de junho, a instalação da 2ª Vara Cível, da Infância e da Juventude e Juizado Especial Criminal, que irá atender também à população de São Joaquim de Bicas, na mesma região.

A solenidade contou com a presença do então 3º vice-presidente do TJMG, desembargador Manuel Bravo Saramago, representando o então presidente do Tribunal, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues; do então

corregedor-geral de Justiça, desembargador Audebert Delage Filho; do diretor do Foro de Igarapé, juiz Paulo Sérgio Nérís, que, na ocasião, representou o presidente da Amagis. ●

* Com informações do TJMG



Há mais de 50 anos, a AMAGIS trabalha na defesa dos direitos dos magistrados mineiros.

www.amagis.com.br

Visite o nosso site e confira notícias sobre o Poder Judiciário, artigos, sentenças, informações sobre serviços, benefícios, convênios e as produções da entidade.

A magistratura mineira com um espaço próprio na internet!



CONCURSO LITERÁRIO

Comissão avalia contos de estudantes

Adriano Boaventura

**Desembargador Tiago Pinto e juízas Aldina Soares e Luzia Peixoto**

A Comissão da Amagis de Apoio ao I Concurso Mineiro de Contos da Juventude começou a avaliar os primeiros textos recebidos de escolas de todo o Estado. O resultado será divulgado nos sites das entidades promotoras do concurso e publicado no jornal Minas Gerais até o dia 30 de julho de 2014.

Destinado a alunos regularmente matriculados em escolas do ensino médio – públicas ou particulares – residentes e domiciliados em qualquer cidade de

Minas Gerais, o concurso tem como objetivo reconhecer e estimular jovens talentos literários e contribuir para a difusão cultural no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A iniciativa do projeto é da Imprensa Oficial de Minas Gerais, com o apoio da Amagis, da Associação Mineira do Ministério Público, da Academia Mineira de Letras do Ministério Público, da Academia Mineira de Letras e do Projeto “Livro de Graça na Praça”. •

PARTICIPE

Publique seus trabalhos nas revistas da Associação

Os magistrados que quiserem apresentar seus trabalhos literários na próxima edição da Revista MagisCultura podem enviar os textos até o dia 4 de agosto.

Podem ser enviados artigos, ensaios, contos, poesias, resenhas etc, sendo inéditos e sempre com viés cultural. Não serão publicados textos de teses políticas, discursos, homenagens pessoais e necrológicos.

Os trabalhos devem ser encaminhados digitados para o e-mail imprensa@amagis.com.br e serão analisados pelo Conselho Editorial da revista. Os trabalhos devem ter, no máximo, 10 mil caracteres. Para obter mais informações, entre em contato com a Assessoria de Comunicação da Amagis pelo telefone (31) 3079-3453.

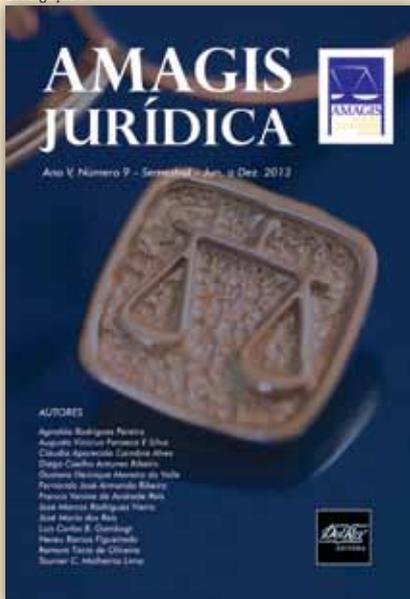
AMAGIS JURÍDICA

Para a revista Amagis Jurídica, na qual os magistrados podem publicar seus trabalhos acadêmicos. Para a revista Amagis Jurídica, os textos podem ter, no máximo, 30 mil caracteres - podem ser fruto de uma tese de mestrado, por exemplo – desde que abordem temas jurídicos. Veja no site da Amagis – www.amagis.com.br – as regras completas para a apresentação de trabalhos. Além dos magistrados, outros profissionais da área do Direito também podem colaborar com a Amagis Jurídica – advogados, promotores, defensores etc – na seção Espaço Aberto. As regras são as mesmas.

REPERCUSSÃO

As revistas da Amagis têm alcançado

Divulgação

**9ª Edição da Amagis Jurídica**

grande repercussão nos universos cultural e jurídico, em âmbito nacional. A MagisCultura, por exemplo, foi elogiada pela poeta Adélia Prado. “Escrevo para agradecer as boas palavras que de-

Divulgação

**11ª Edição da MagisCultura**

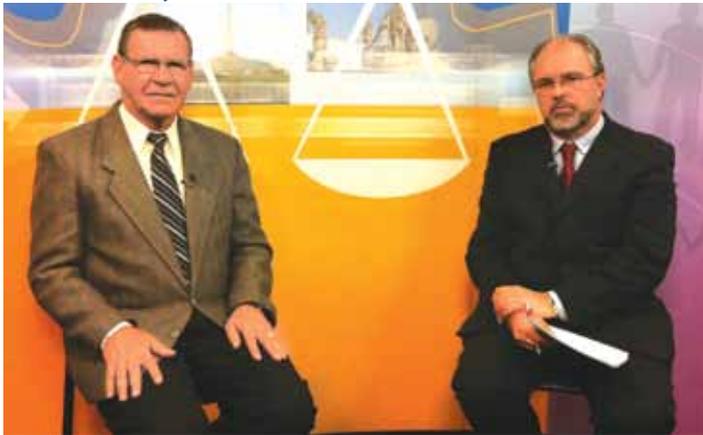
dicou à minha poesia, o cuidado e a competência com que a matéria foi feita. Qualidade de toda a revista, que li com prazer e espero ter vida longa e produtiva”, escreveu Adélia.

“Meus cumprimentos pelo trabalho de alta qualidade espelhado nessa revista, que, por todas as razões, não podia não ser de Minas”, enalteceu Marco Lucchesi, membro da Academia Brasileira de Letras. •

NO AR

Destques dos programas de TV da Amagis em junho

PENSAMENTO JURÍDICO



COMISSÃO DE VENEZA

Nos dias 5 e 6 de maio, a Comissão de Venezuela reuniu sua Sub-comissão para a América Latina com o objetivo de discutir o papel da Justiça na proteção de direitos econômicos e sociais em tempos de crise econômica. Qual a função do Judiciário para equilibrar essas mudanças e garantir os direitos fundamentais? O Pensamento Jurídico convidou o desembargador José Antônio Braga para responder a essa e outras questões que foram debatidas em Ouro Preto. (Foto)

DESAFIOS NA GESTÃO DO JUDICIÁRIO

Problemas orçamentários e a implantação do processo judicial eletrônico. Esses são os principais desafios dos Tribunais de Justiça do País. Como promover os avanços necessários, diante de uma carga de 90 milhões de processos? Para responder a questão, convidamos o novo presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes.

ATUAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Nos últimos dois anos, foram distribuídos mais de 600 mil processos nos Juizados Especiais de Belo Horizonte e do interior do Estado. Com a finalidade de estruturar e supervisionar esse segmento do Judiciário, foi criado, em Minas Gerais, o Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais. Para discutir o assunto, convidamos o juiz Paulo Gastão de Abreu, do Juizado Especial das Relações de Consumo de Belo Horizonte.

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

O trânsito é muito mais violento do que a maioria das pessoas imagina. Dados Organização Mundial da Saúde sobre os acidentes de trânsito assustam. São três mil vidas perdidas por dia nas estradas e ruas. No Brasil, a média anual é de 42 mil vítimas. O endurecimento da lei pode ser a solução? No estúdio, recebemos o desembargador José do Carmo Veiga, presidente da 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. ●

ASSISTA

TV Justiça
Sábado, às 18h30

TV Comunitária
Sábado, às 22h

VIA JUSTIÇA



PRECATÓRIOS

A Emenda Constitucional nº 62/2009 transferiu ao Poder Judiciário a atribuição de administrar as dívidas e pagamentos dos precatórios. Para debater o assunto, convidamos o juiz Ramom Tácio de Oliveira, coordenador da Central de Precatórios do TJMG, e Fábio Nazar, advogado e professor da Faculdade Arnaldo. Foi boa a ideia de entregar ao Judiciário a responsabilidade pelos pagamentos? Minas seria exemplo de boas práticas na gestão e pagamento dos precatórios? (Foto)

REINserÇÃO DO PRESO NO MERCADO DE TRABALHO

O projeto Começar de Novo, do TJMG, formado por um conjunto de ações, cujo objetivo é coordenar, em âmbito nacional, as propostas de trabalho e de cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. Como foi a idealização do projeto? Quais foram as dificuldades de implantação do Começar de Novo? Para debater o assunto, convidamos o juiz auxiliar da presidência do CNJ, Luiz Carlos Rezende e Santos, e o gerente de projetos do Instituto Minas Pela Paz, Enéas Melo.

O JUDICIÁRIO NA COPA

Os torcedores que vão acompanhar os jogos da Copa contarão com a presença do Juizado do Torcedor dentro dos estádios. O atendimento realizado durante o evento tem foco na resolução rápida de demandas nas esferas criminais e de competência das varas de infância e juventude. O que a experiência do Judiciário na Copa pode contribuir contra a morosidade da Justiça no Brasil? Para debater o assunto, convidamos o desembargador Márcio Aristeu Monteiro de Barros, e o advogado Sérgio Murilo Diniz Braga, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Minas Gerais.

PEC DAS DEFENSORIAS

O Congresso Nacional promulgou, no dia 4 de junho, a emenda constitucional que exige defensores públicos em todas as comarcas do País. Além disso, a proposta também amplia a definição de Defensoria Pública na Constituição, classificando-a como instituição permanente e instrumento do regime democrático. Para participar do programa, convidamos o desembargador Pedro Aleixo Neto e a defensora pública geral do Estado de Minas Gerais, Andrea Abritta Garzon. ●

ASSISTA

TV Assembleia
Sexta-Feira, às 23h

TV Justiça
Sábado, às 15h30

TV Comunitária
Sexta-Feira, às 23h30

TRANQUILIDADE

Investimento hoje para a tranquilidade de amanhã

Planeje sua vida:
faça JUSPREV.

O que é a Jusprev?

JUSPREV é uma previdência associativa, sem fins lucrativos, criada por 48 associações de carreiras jurídicas que, juntas, contam hoje com quase 100 mil associados. Oferece aos seus associados plano de benefícios previdenciários (renda de aposentadoria por tempo de contribuição, idade, invalidez, morte e renda educacional) mais vantajosos que os oferecidos no mercado por bancos e seguradoras.

Vantagens

- a) menor custo;
- b) maior transparência na gestão;
- c) saldos mais altos ao fim do período de contribuição;
- d) critérios mais favoráveis na concessão do benefício aos participantes;
- e) controle rigoroso da gestão dos investimentos;
- f) dedutível do cálculo do imposto de renda até 12% da renda bruta anual;
- g) os familiares do magistrado também podem aderir a Jusprev;
- h) é possível a portabilidade, admitindo a transferência de investimentos que foram contratados junto a outros bancos.

Participe!

Entre em contato
pelos telefones
31 3079-3496 e
31 3079-3497

Ou saiba mais
pelo site
www.jusprev.com.br

PREVIDÊNCIA PRIVADA

Investir na aposentadoria exige planejamento

Istockphoto



A aposentadoira pode garantir futuro tranquilo

Após anos de trabalho, quando se preparam para a aposentadoria, muitas pessoas sofrem com a redução na renda mensal em função do fator previdenciário. Com a manutenção dessa política, algumas alternativas para aqueles que pretendem manter o mesmo padrão de vida durante a aposentadoria são as previdências privadas e os investimentos de longo prazo. Entretanto, para se alcançar futuro tranquilo e seguro, é necessário planejamento e conhecimento sobre o perfil do investidor para evitar surpresas desagradáveis na velhice. Veja abaixo algumas dicas de especialistas para começar a investir na sua aposentadoria.

Planejamento

O segredo de uma boa aposentadoria é começar a investir cedo. O planejamento para contratar um plano de previdência privado deve começar logo quando a pessoa ingressa no mercado de trabalho. Recomenda-se que o investimento corresponda a, pelo menos, 30% do salário líquido.

Rentabilidade

Os fundos de pensão oferecidos pelas empresas onde a pessoa trabalha geralmente têm maior rendimento. Geralmente, as empresas oferecem benefícios aos seus empregados, como investir um valor proporcional ao da contribuição do empregado, garantindo uma rentabilidade maior.

Renda Complementar

Costuma-se fazer a previdência privada com o objetivo de complementar a previdência oficial. Entretanto, nem sempre a previdência oficial agregada à previdên-

cia privada pode ser suficiente para garantir uma aposentadoria confortável. Investimentos mais sofisticados, com rendimentos acima da média, ainda que conservadores, podem possibilitar a complementação da renda.

Disciplina

Planejar a aposentadoria realizando investimentos por conta própria pode até ser mais vantajoso do que fazer um plano de previdência privada, já que a pessoa não tem que pagar algumas taxas. Porém, essa opção exige disciplina na programação e, por isso, não é recomendada para todos os indivíduos.

Tesouro direto

A melhor opção de investimento nessa modalidade é a Nota do Tesouro Nacional série B principal (NTN-B), cujo pagamento dos juros é feito somente no vencimento do título. A NTN-B paga ao investidor uma taxa de juros previa-

mente definida e a inflação do período do investimento de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse título tem um rendimento real acima da inflação, preservando o rendimento de ser corroído pela alta inflacionária.

Portabilidade

Antes de fazer a mudança, deve-se observar o perfil de risco de quem está investindo no fundo, as taxas de administração e a confiabilidade da instituição para a qual está sendo feita a migração. Também é importante observar a rentabilidade.

Tabela progressiva X regressiva

Normalmente, a tabela regressiva é considerada mais van-

tajosa porque as alíquotas diminuem com o tempo e o objetivo é investir a longo prazo. Entretanto, se o plano de previdência privado for sua única renda na aposentadoria, a tabela progressiva pode ser mais interessante, pois se os resgates mensais forem baixos é possível que fiquem na faixa de isenção de imposto ou até mesmo na faixa de 7,5%, que é inferior à alíquota mínima da tabela regressiva de 10%.

Nesses casos, se a pessoa tiver outras fontes de renda tributáveis, deve-se levar em consideração que os resgates serão somados a toda a renda, ficando sujeito ao ajuste anual e podendo ser tributado em até 27,5% no imposto de renda. Em uma situação como

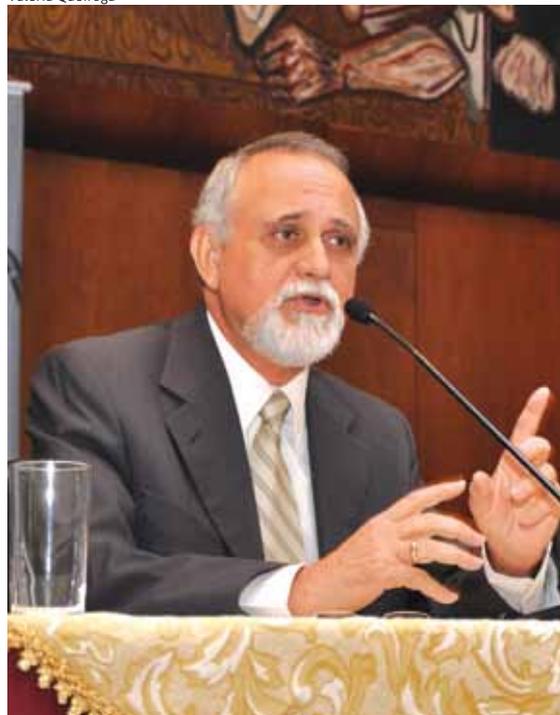
essa, a tabela regressiva pode ser mais interessante, pois a tributação vai ser de 10%, caso você tenha investido por mais de 10 anos, e não vai estar sujeito ao ajuste anual da tabela do imposto de renda.

Inflação

Subestimar a inflação costuma ser um grave erro cometido no planejamento da aposentadoria. Especialistas recomendam que a pessoa calcule a inflação entre 5% a 10% ao ano. Uma boa opção para não ter o investimento corroído pela alta inflacionária é procurar produtos como a Nota do Tesouro Nacional série B, fundos imobiliários e ações, cujas receitas estejam atreladas e sejam corrigidas pela inflação. ●

*Com informações de Exame.com

Valéria Queiroga



ENTREVISTA >> JUIZ JUAREZ MORAIS DE AZEVEDO

Minas Gerais tem hoje 1.500 presos monitorados por tornozeleira eletrônica, e a previsão é de chegar a 4 mil até o final do ano que vem. O juiz Juarez Moraes de Azevedo, da Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Nova Lima (Grande BH), comenta, nesta entrevista, o uso desses dispositivos eletrônicos e sua eficiência. O magistrado, que é um estudioso da área, enxerga nelas um substitutivo à prisão, por ser, em alguns casos, criminógena e gerar a reincidência. Moraes de Azevedo, que defende a ampliação do monitoramento, e sua maior aplicação, diz ainda em quais situações o equipamento pode ser utilizado, avalia se ela fere algum direito constitucional e afirma que sua maior aplicação contribuiria para diminuir a superlotação carcerária.

O senhor é um dos defensores do uso das tornozeleiras, qual é a eficiência dela?

No ano de 2007, em Nova Lima, nós fizemos a primeira experiência com a utilização desse aparato eletrônico que se revelou extremamente eficiente. Eu digo, como estudioso da área, que, pela primeira vez, nós estamos ouvindo falar em algo capaz de, realmente, substituir a prisão. Muitos criticam a prisão, mas não podemos deixar de entender que a prisão foi um grande avanço, se levarmos em consideração que até o evento da prisão, que aconteceu em 1552, em Londres, a pena era exercida sobre o corpo do cidadão, a partir daí, nós substituímos a pena sobre o corpo por um determinado número de anos. Eu digo, então, que a tornozeleira eletrônica veio mostrar de que é possível a substituição da prisão, que hoje se mostra criminógena, porque sabemos que a reincidência é muito grande, aqui no Brasil,

em torno de 85%, e as pessoas saem pior do que entraram.

A tornozeleira eletrônica afeta o seu direito constitucional de ir e vir da pessoa e sua dignidade?

Eu digo que a prisão interfere no direito de ir e vir e que ela ofende a dignidade da pessoa. Mas temos de avaliar que, se o cidadão vai preso, é porque ele cometeu algum delito e também feriu a comunidade. A tornozeleira pode ser utilizada antes da condenação, o preso provisório, por exemplo, nós podemos utilizar evitando o encarceramento de um grande número de pessoas. Hoje, utilizamos a tornozeleira em saídas temporárias, em visitação a família, na Maria da Penha (violência doméstica), mas podíamos avançar mais.

E qual é a situação, como nos casos de progressão do regime?

A lei ainda não atingiu esse ponto, o que

estava previsto na legislação anterior. Mas acredito que nós vamos caminhando neste sentido e vamos melhorar. Eu não tenho dúvida de dizer que a tornozeleira é um fator dos mais importantes de substituição do cárcere.

O que pode e não pode fazer o preso que é monitorado pelas tornozeleiras?

Essas condições são fixadas em uma audiência específica, em especial a questão da Maria da Penha, que o que se tenta evitar é a aproximação do ofensor com a vítima. Nós, então, estabelecemos uma distância mínima de 30 ou 50 metros, que a pessoa não pode aproximar da vítima a menos do que a distância que lhe fixada. Se ele se aproximar, a central é acionada, e ela entra em contato com o preso.

No caso da Maria da Penha, a vítima pode se informar de que o agressor está próximo?

Ela pode, inclusive, ficar com o dispositivo, para mostrar que há uma aproximação do ofensor ela entra em contato com o preso.

A tornozeleira poderia resolver o problema do grande número de presos no país?

Eu não tenho dúvida nenhuma disso. O Brasil é, hoje, o 4º país no mundo que mais presos tem. E, além disto, nós temos uma população carcerária, segundo dados no CNJ, de mais de 50% de presos provisórios. Estes presos, em especial os provisórios, não digo para todos, evidentemente existe elementos e alguns crimes que não autorizam a colocação da tornozeleira eletrônica, a pessoa precisa de ficar com sua liberdade cerceada. Não podemos perder de vista o custo de cada preso. Em 2007, o custo de cada preso ficava em R\$ 1.700 ao mês para o estado. E com a utilização do tornozeleira, este preço caía para R\$ 79 ao mês. ●

“

Eu digo que a tornozeleira eletrônica veio mostrar que é possível a substituição da prisão que hoje se mostra criminógena

O Brasil é hoje o 4º país no mundo que mais presos tem. E, além disso, nós temos uma população carcerária, segundo dados no CNJ, de mais de 50% de presos provisórios

A reincidência é muito grande, aqui no Brasil, em torno de 85%, e as pessoas saem pior do que entram

”

DESCANSO

Aproveite as colônias de férias da Amagis

Estão abertas as inscrições para hospedagem durante a alta temporada de dezembro de 2014 a janeiro de 2015. Os interessados podem se inscrever, até o dia 15 de agosto, para apenas uma colônia. Para Nova Viçosa (BA), o associado deve optar por casa ou apartamento.

Após o sorteio, o associado terá cinco dias úteis para fazer o pagamento da reserva. O sorteio será realizado no dia 21 de agosto

Adriano Boaventura



Colônia de Férias em Ubatuba (SP)

de 2014. Para mais informações, entre em contato com Cácia pelo telefone (31) 3079-3459 ou pelo e-mail cacia@amagis.com.br.

O lazer e o descanso são importantes, principalmente para quem exerce uma atividade tão desgastante quanto a judicatura. As colônias de férias da Amagis são os locais ideais para o magistrado e sua família encontrarem um momento de tranquilidade e relaxamento. ●

PERÍODOS DE ESTADIA EM CAXAMBU (MG), CABO FRIO (RJ), CALDAS NOVAS (GO) E UBATUBA (SP)

02/12/2014 a 08/12/2014; 09/12/2014 a 15/12/2014;
16/12/2014 a 22/12/2014; 23/12/2014 a 29/12/2014;
30/12/2014 a 05/01/2015; 06/01/2015 a 12/01/2015;
13/01/2015 a 19/01/2015; 20/01/2015 a 26/01/2015;
27/01/2015 a 02/02/2015.

PERÍODOS DE ESTADIA EM NOVA VIÇOSA (BA)

01/12/2014 a 09/12/2014; 10/12/2014 a 19/12/2014;
20/12/2014 a 29/12/2014; 30/12/2014 a 09/01/2015;
10/01/2015 a 20/01/2015; 21/01/2015 a 31/01/2015.

CONVÊNIOS

VANTAGENS

Convênios oferecem descontos aos associados

A Amagis firma, permanentemente, convênios com empresas que oferecem condições especiais aos associados na aquisição de produtos e serviços. São centenas de empresas, que atuam em diversos segmentos, como cinemas, hotéis, academias de ginástica, concessionárias de automóveis, ópticas, entre outros.

Para ver todos os convênios disponíveis, acesse o site da Amagis – www.amagis.com.br – entre no link “Convênios”, localizado no lado direito, na parte superior. As empresas estão divididas por cidade e setor. Além de Belo Horizonte, os convênios abrangem o interior de Minas e até outros estados. ●

VEJA ALGUNS DOS CONVÊNIOS QUE A AMAGIS MANTÉM:

Agências de turismo

Primus Turismo e Viagens
Rua Major Lopes 423
São Pedro – Belo Horizonte
(31) 3228-6000

Remar Turismo
Rua Iracy Manata – 142/301
Buritys – Belo Horizonte
(31) 9637-9186

Escolas de idiomas

Imperium Idiomas
Rua Orenoco, 157,
Carmo – Belo Horizonte
(31) 2516-2332

Brasas
Rua Mato Grosso 960 – 9º andar
Santo Agostinho – Belo Horizonte
(31) 3292-7015

Sistemas de segurança

Lifelink Monitoramento
Rua Professor Estevão Pinto, 9323
Serra – Belo Horizonte
(31) 2555-9575

Semax
Rua dos Carijós, 166 - 7º andar
Centro – Belo Horizonte
(31) 3277-2255

Hotéis

Thess Square BH
Praça Hugo Werneck, 537
Santa Efigênia – Belo Horizonte
(31) 3304-4800

Pousada Villa Alferes
Rua Joaquim Eliziário Dias, nº 320
Tiradentes – MG
(32) 3355-2324

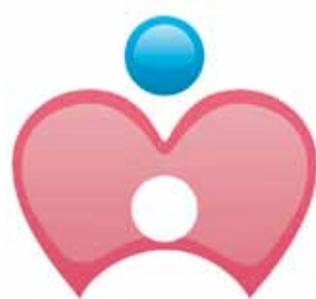
Interior

Satika Óptica & Design
(Uberlândia)
Rua Duque de Caxias, 146 – Centro
(34)3236-6157

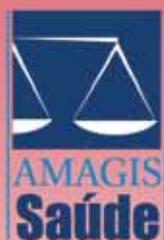
Quality Lavanderia
(Montes Claros)
Av. João Chaves, 91 – Jardim São Luis
Tel: (38) 3224-3333

Sociedade Cultural de Idiomas LTDA
(Pouso Alegre)
Rua Coronel Ferraz, 134
Tel: (35) 3331-2437

Tech Academia de Ginástica
Ltda / Bodytech Club
(Juiz de Fora)
Rua Engenheiro Gentil Forn, 1805
(32) 3242-5183



Programa
AMOR à **VIDA**



Bem-estar e qualidade de
vida para você, usuário do
AMAGIS SAÚDE

ARTIGO

Respirar pelo nariz é essencial

PATRÍCIA VALENTE*

O corpo humano é uma máquina perfeita, que funciona sem que o indivíduo tome consciência de muitos acontecimentos. A respiração é um deles e deve ser feita sempre pelo nariz para que o ar chegue até o pulmão livre de impurezas, aquecido e umedecido.

A pessoa que respira pela boca pode apresentar vários sintomas, como por exemplo, boca seca, sono durante o dia e falta de concentração, prejudicando as atividades do dia a dia e a qualidade de vida.

Com o intuito de alertar a população quanto a esses malefícios, o Departamento de Motricidade Orofacial da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia

comemorará, no dia 14 de agosto, o Dia de Atenção ao Respirador Oral. Por isso, é importante ficar atento se sua respiração, ou de pessoas conhecidas, ocorre pela boca. Isso pode ser decorrente de uma obstrução nasal, como adenóide grande ou por um hábito.

COMO IDENTIFICAR

Fique atento para alguns sinais: lábios frequentemente abertos (mesmo fora de período gripal), presença de olheiras ou olhar cansado, lábios secos e/ou ressecados, queixa de boca seca durante a noite ou ao acordar e dificuldade para se manter atento ou concentrado (na escola ou no trabalho).

Caso encontre algumas dessas caracterís-

Shutterstock



Respiração pelo nariz livra pulmão de impurezas

ticas, não espere muito tempo para procurar um fonoaudiólogo ou otorrinolaringologista. Esses profissionais irão realizar avaliações e direcionar aos tratamen-

tos que forem necessários. Respirar pelo nariz é essencial! ●

**Patrícia Valente é fonoaudióloga da clínica Fonart, credenciada ao Amagis Saúde*

Tome nota	
	
✓	Para agendar uma consulta com a equipe de saúde do "Amor à Vida", ligue para (31) 3079-3499, ramais 3472 e 3421, de 8h às 17h.
✓	A primeira consulta será com o médico cardiologista, endocrinologista ou geriatra, que encaminhará o associado para o nutricionista, fisioterapeuta e odontólogo, caso necessário.
✓	Serão atendidos preferencialmente associados acima de 60 anos e aqueles que tenham doenças cardiovasculares, endócrinas e de alterações metabólicas ou crônico-degenerativas, como Parkinson e Alzheimer.
✓	Os associados ao Amagis Saúde que utilizarem o "Amor à Vida" não pagarão a taxa de 25% de coparticipação sobre a consulta realizada.
✓	Envie um e-mail para amoravida@amagis.com.br e esclareça suas dúvidas.
✓	Temos estacionamento próprio.
"Amor à vida" – Bem-estar e qualidade de vida para você, usuário do Amagis Saúde	

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelmo Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

SAÚDE PREVENTIVA

Parque Esportivo oferece prática de atividades físicas

Georgina Baçvaroff



Centro de Atividades Físicas do Parque Esportivo

Com os dias estressantes e atribulados, características da vida moderna, as pessoas acabam deixando de lado o lazer e a prática de atividades físicas, que são tão importantes para a saúde.

Preocupando-se com o bem-estar e a qualidade de vida de seus associados

e familiares, a Amagis propicia conforto, lazer e profissionais capacitados, além de locais adequados para a prática de atividades físicas.

Ao lado de sua sede, em Belo Horizonte, os associados contam com o Parque Esportivo, no qual estão disponíveis di-

versos espaços, como piscinas aquecidas, saunas, quadras poliesportivas - sendo uma com piso especial para amortecimento do impacto -, salão de jogos, academia com equipamentos novos e modernos, vestiários, restaurante e brinquedos. Tudo à disposição dos magistrados

e seus familiares, que podem usufruir das instalações do Parque Esportivo de terça a sexta-feira, das 8h às 22h; e sábado, domingo e feriado, das 8h às 18h.

Além disso, às terças e quintas-feiras, de 8h às 11h, o fisioterapeuta Roberto Barata, integrante do pro-

grama Amor à Vida, da Amagis Saúde, atende aos associados dando orientações durante as atividades na academia e ministrando aulas de hidroginástica. Os interessados devem comparecer no Parque nos dias das aulas, para avaliação.

AMOR À VIDA

A saúde preventiva é uma bandeira do programa Amor à Vida, criado pela Amagis Saúde para promoção da qualidade de vida.

Além do fisioterapeuta, o programa oferece atendimento individualizado de profissionais nas seguintes áreas: cardiologia, endocrinologia, geriatria, nutrição e odontologia. Os atendimentos são realizados na Amagis, e os associados interessados em participar do programa podem agendar uma consulta pelo telefone (31) 3079-3472. ●

CONHEÇA OS NOVOS HORÁRIOS DO PLANTÃO DA AMAGIS SAÚDE

Plantão presencial na sede da Amagis: sábado das 8h às 13h15

Plantão telefônico pelo número (31) 9977-2820: Fins de Semana e feriados a partir das 19h das sextas-feiras até as 7h das segundas-feiras.

*A escala de plantão nos feriados prolongados será previamente definida e divulgada.

**Nos dias úteis, o atendimento da Amagis Saúde permanece nos mesmos horários, a partir das 7h até as 19h.